

Juliana Cristina De Abreu Teixeira

ANÁLISE DO LAZER NA SECRETARIA MUNICIPAL

ADJUNTA DE LAZER DE BELO HORIZONTE:

com a palavra os gestores

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2013

Juliana Cristina De Abreu Teixeira

ANÁLISE DO LAZER NA SECRETARIA MUNICIPAL

ADJUNTA DE LAZER DE BELO HORIZONTE:

com a palavra os gestores

Trabalho de Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2013

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de vivenciar os estudos de maneira tão significativa e prazerosa. Aos meus pais responsáveis diretos por todo sucesso que tive ou que eu venha a ter, vocês são minha inspiração diária e eterna. Minhas irmãs pelo companheirismo e aprendizagem durante nosso convívio. Adriana Antunes, por estar sempre ao meu lado, você foi um anjo durante minha trajetória. À minha família por compreender minha ausência. Clarinha, estamos e estaremos sempre juntas. Ao Lero-lero, alguns momentos sem vocês seriam muito difíceis de serem superados.

Agradeço ao meu orientador Silvio Ricardo da Silva pelos puxões de orelha, necessários, e sempre acompanhados de doses de confiança e desafios. Ao PET-Educação Física e Lazer pelo aprendizado.

RESUMO

O lazer é um direito social garantido na Constituição de 1988, logo cabe ao poder público garantir esses direitos ao cidadão. Para tal o Governo Federal, Estadual e as Prefeituras desenvolvem políticas que objetivam a garantia ao acesso ao Lazer, contudo, estudos concluíram que a ação do poder público está longe de democratizar o acesso, principalmente quanto ao número de cidadãos envolvidos em seus programas+notando ainda um grave descompasso teórico, que acaba por reduzir a abrangência e principalmente as potencialidades pedagógicas das manifestações culturais do lazer+ como destaca Melo (2001). Considerando o contexto cultural em que a cidade de Belo Horizonte está inserida, as intervenções no âmbito lazer devem acontecer com algumas especificidades, típicas de marcadores culturais da cidade e da comunidade que nela vive. Acredito que a garantia do direito do Lazer ao cidadão de Belo Horizonte, depende das concepções e das ações que os órgãos públicos setoriais, no caso a SMAL, tem acerca do Lazer. Assim a presente pesquisa pretende analisar o entendimento de lazer, adotado pela Secretaria Municipal Adjunta de Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte, partindo da concepção dos gestores. Para tal, foi realizada a análise considerando os processos e os produtos centrados no sujeito, através de entrevistas semi-estruturadas com os cinco gerentes da SMAL, os dados obtidos a partir das entrevistas foram confrontados com a análise dos elementos produzidos pelo meio dos entrevistados, análise documental do Plano Estratégico 2012/2013 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. A análise de dados tornou possível compreender que a representação do lazer está ligada à atividade física e ao desenvolvimento de fórmulas genéricas de atividades a todos os públicos em questão. As ações desenvolvidas são marcadas por questões assistencialistas e não participativas. Considero que uma intervenção pública nesta área deve pautar-se na democratização do acesso ao lazer, multidisciplinaridade, assim como a ampliação das possibilidades de escolha da comunidade, buscando a qualidade da intervenção.

Palavras-chave: Lazer. Política Pública. Belo Horizonte.

SUMÁRIO

1	ANSEIOS DE PESQUISA	5
2	ANÁLISE DOCUMENTAL	14
	2.1 Lazer e Espaço-lugar	16
	2.2 Lazer e Manifestações Culturais	17
	2.3 Lazer e Qualidade de vida	19
	2.4 Lazer e Cidadania	21
	2.5 Lazer e Políticas Públicas	23
3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	25
	3.1 Perfis dos gestores	27
	3.2 Percepções sobre as políticas públicas da SMAL	31
	3.3 Percepções do Lazer	38
4	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXOS	46
	Anexo 1- Roteiro para entrevista	46

1 ANSEIOS DE PESQUISA

Este trabalho é o resultado de anseios meus que se deram a partir da experiência vivenciada por mim, não só durante o período universitário, mas no diálogo deste com vivências fora do espaço da universidade. A limitação deste espaço refere-se somente ao espaço físico, uma vez que meu espaço de formação não se limita a ele, estão presentes também outros espaços de aprendizagem, como estágios obrigatórios e não-obrigatórios que extrapolavam o espaço físico e a supervisão direta da universidade. Como a participação em eventos científicos e não-científicos, que proporcionaram, mesmo que pequena, uma ampliação cultural, que acredito ser necessária à formação de um professor de Educação Física e/ou profissional do lazer, se é que posso assim me considerar. Ainda nessa linha de pensamento, Isayama afirma que uma sólida formação profissional em lazer não pode visar a simples transmissão de saberes, mas de constituição e posicionamento de nossa própria inserção como sujeitos, e de nosso lugar nas várias divisões socioculturais apresentadas em nossa realidade+ (citando WERNECK, 2000). O lazer se apresenta de maneira intensa em minha vida, e tentar entendê-lo melhor se tornou mais do que um desejo, passou a ser uma necessidade.

A primeira relação consolidada foi com a Educação Física, relação esta que não aconteceu sem opressões, para os que me rodeiam, este possivelmente não era um casamento promissor. A paixão falou mais alto e cursei o vestibular para Educação Física, entrei no curso, assumo, sem entender do que realmente se tratava. Ser professora era meu objetivo, ter o dom de ensinar, pensamento sonhador. Nos primeiros semestres com o curso comecei a descobrir outras possibilidades de atuação na área e, infelizmente ou felizmente, meu desejo em ser professora na Educação Básica já não satisfazia meus sonhos.

No primeiro semestre acredito ter tido o maior aprendizado do curso. Percorrer o ensino superior era mais que assistir às aulas+, eu deveria aproveitar a universidade ao máximo, me predispor a entrar em cada porta que se abria à mim para depois escolher entre permanecer ou voltar entrar em tantas outras. Assim, passei por alguns laboratórios de pesquisa vinculados ao curso de Educação Física,

em certo momento me dedicava à várias tarefas, porém em algum momento eu teria que focar.

Programa de Educação Tutorial PET-Educação Física e Lazer, este é um grande nome para minha formação. Ingressei no PET em janeiro de 2010 e permaneci até março de 2013, o grupo desenvolve ações de estudo, pesquisa e extensão, baseado na tríade universitária. Durante a minha estada no PET realizei ações de extensão, participando de todas as fases que as envolvessem: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação. Esta experiência despertou em mim, desejos de atuar na gestão em Educação Física e no Lazer. Paralelo a esta experiência, tive a oportunidade, devido ao curriculum do curso, de cursar disciplinas que não eram obrigatórias. Cursei as seguintes disciplinas: Gestão de projetos sociais, Projetos de Lei de incentivo o Esporte, Lazer e intervenção, Lazer e mídias e Políticas Públicas de Esporte e Lazer. É notório que o percurso trilhado durante a minha formação me possibilitaria caminhos e dúvidas a cerca do lazer.

Tenho um carinho muito especial por uma dessas disciplinas, nada pessoal às demais, mas a vivência de cursar Lazer e Intervenção me tocou de uma maneira inexplicável. Aproprio-me do termo tocar a partir da definição sobre experiência de Bondía, traduzido por Geraldí (2002), o qual considera que a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca e diferente de outras disciplinas as quais passei esta foi dotada de sentidos e significados que já eram percebidos naquele momento e durante esta reflexão se fazem ainda mais intensos.

Como parte do trabalho a ser realizado para a disciplina, em novembro de 2010, recebemos, eu e meu grupo a função de desenvolver uma Rua de Lazer e apesar de já ter participado de algumas aquele processo era um tanto quanto novo. Aceito o desafio tive a oportunidade de estabelecer uma parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PB), através do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) da Vila Senhor dos Passos (VSP) e Pedreira Padro Lopes (PPL), aglomerados de Belo Horizonte, para dar continuidade a um trabalho já desenvolvido junto à comunidade por cinco anos, a Manhã Recreativa Esportiva. Durante o planejamento e execução do projeto da Rua de Lazer tive um primeiro contato com as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal Adjunta de Esportes (SMAES) e me interessei pela área de políticas públicas.

Após a realização da mesma me inscrevi no site da PBH a fim de estagiar num dos programas, fui chamada e tive a oportunidade de acompanhar ações dos programas: Vida Ativa, Caminhar, Esporte Esperança, Escolinha de Atletismo e a política pública do BH Cidadania. Estes programas eram vinculados à SMAES, uma secretaria adjunta à Secretaria Municipal de Políticas Social (SMPS). Durante o estágio acompanhei várias ações da SMAES, tais como: rua de lazer, oficinas de jogos, oficinas de lazer, eventos destinados a públicos diferentes, cada uma dessas ações era dotada de significados diferentes, inclusive sobre o lazer. Para entender estas significações é preciso contextualizar a atual Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, o que leva primeiramente a um entendimento cronológico da sua formação.

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) está organizada de maneira descentralizada em secretarias, órgãos centrais de cada sistema administrativo que podem ser plenas ou adjuntas e nove regionais, que são parte de órgãos centrais ou de entidades da administração indireta, que abrangem territórios do município, com representação de todos os setores de administração, como abastecimento, educação, esporte e lazer; ambas formam a administração direta da PBH. A SMAES, antes uma secretaria adjunta da Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte passou a ser nomeada, em novembro de 2011, a partir do Decreto 14.621, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL); uma secretaria plena! A SMEL, por sua vez passou a ser composta por duas secretarias adjuntas, a Secretaria Municipal Adjunta de Esporte (SMAE) e a Secretaria Municipal Adjunta de Lazer (SMAL), sendo a último o objeto de análise deste trabalho. Ambas secretarias são representadas por um secretário adjunto cada. A Secretaria Municipal Adjunta de Lazer de Belo Horizonte é composta por dois gerentes administrativos diretos, atuando na Gerência de Eventos Promocionais de Lazer e Atividade Física e na Gerência do Desenvolvimento do Lazer.

A Gerência de Eventos Promocionais de Lazer e Atividade Física compete conduzir o processo de planejamento, de gestão, de execução e de avaliação da política municipal para eventos pertinentes a esta área de atuação, sendo integrada, ainda, pela Gerência de Eventos Promocionais de Lazer, de 2º nível, a qual compete, segundo o Decreto 14.621, de 1º de novembro de 2011:

- I - coordenar e realizar ações, encontros, jornadas, seminários, campanhas e cursos que contribuam para o desenvolvimento da cultura do lazer e do aprimoramento técnico para o desenvolvimento do lazer;
- II - apoiar, monitorar e avaliar a realização de eventos, promovidos por outras entidades e/ou organizações de lazer devidamente constituídas;
- III - avaliar as ações realizadas tendo como foco a promoção da convivência social saudável, segura e da qualidade de vida em comunidade;
- IV - executar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

A Gerência do Desenvolvimento do Lazer é responsável por conduzir o processo de gestão, planejamento, de execução e de avaliação da execução da política municipal para o lazer e para a atividade física, incentivando, sensibilizando e gerando a oportunidade para a adoção de estilos de vida mais ativos e saudáveis pela sociedade, com foco no desenvolvimento de programas e ações sistemáticas de lazer e de atividade física, que gerem indicadores sociais favoráveis na qualidade de vida no ambiente urbano do Município. Esta Gerência é composta por duas outras gerências de 2º nível. A primeira delas, a Gerência de Programas de Lazer é responsável, segundo o Decreto 14.621, de 1º de novembro de 2011 por:

- I - coordenar políticas públicas de lazer em espaços públicos, praças e Parques Municipais, de modo a ampliar a percepção de qualidade de vida pelo cidadão, principalmente, daqueles que vivem em regiões socialmente vulneráveis, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar da população;
- II - desenvolver e conduzir o processo de planejamento, de execução, de monitoramento e de avaliação da política municipal para a cultura do lazer em espaços públicos, visando estimular o acesso da população aos bens culturais e de lazer disponíveis;
- III - desenvolver ações que orientem as Secretarias de Administração Regional Municipal na implantação de programas de estímulo a comunidade local para a produção e consumo de lazer nas suas mais diferentes manifestações;
- IV - sensibilizar e orientar possíveis parceiros e mobilizar a iniciativa privada e o terceiro setor, como estratégia para aferir crescente sustentabilidade das ações e projetos propostos, identificando mecanismos de captação de recursos;
- V - organizar, sistematizar dados e informações necessárias ao contínuo aperfeiçoamento do planejamento das ações governamentais;
- VI - executar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Já a Gerência de Programas de Atividade Física e Qualidade de Vida, que também compõe a Gerência de Desenvolvimento do Lazer, compete:

- I - coordenar políticas públicas de atividades físicas orientadas em espaços públicos, praças e Parques Municipais, de modo a estimular o cidadão para a adoção de um estilo de vida mais ativo e saudável, principalmente, daqueles que vivem em regiões socialmente vulneráveis, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar da população;

II - desenvolver e conduzir o processo de planejamento, de execução, de monitoramento e de avaliação da política municipal para a atividade física, visando estimular o acesso da população aos espaços públicos e a prática de atividade física;

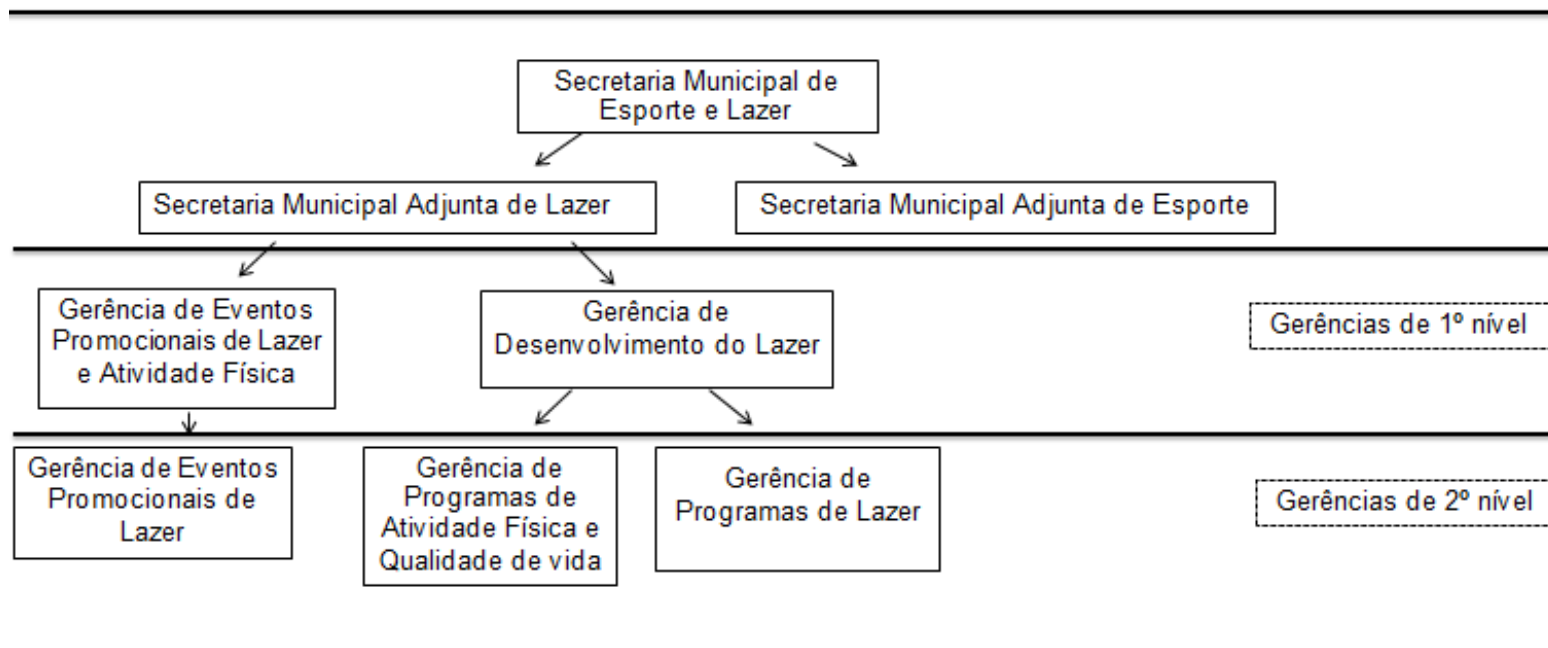
III - desenvolver ações que orientem as regionais na implantação de programas de estímulo a comunidade local para a prática de atividade física orientada;

IV - sensibilizar e orientar possíveis parceiros e mobilizar a iniciativa privada e o terceiro setor, como estratégia para aferir crescente sustentabilidade das ações e projetos propostos, identificando mecanismos de captação de recursos;

V - organizar, sistematizar dados e informações necessárias ao contínuo aperfeiçoamento do planejamento das ações governamentais;

VI - executar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Figura 1: Organograma SMAL



As pesquisas em lazer vêm apresentando grande crescimento e desenvolvimento, o que favorece os estudos e as atuações dos profissionais da área. O reconhecimento da importância do lazer, segundo Vitor Melo (2003) se apresenta na história, perpassando por temas como: o tempo de não-trabalho, controle social, condições socioeconômicas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi necessário constante diálogo entre os dados obtidos através do contexto em que estão inseridos e a discussão conceitual sobre lazer e políticas públicas. Para tal discussão, apropriei-me da definição de lazer esplanada por Gomes (2004), pois é a que mais se

aproximou das aspirações iniciais deste trabalho: %o lazer é uma dimensão da cultura construída socialmente, em nosso contexto, a partir de quatro elementos inter-relacionados: tempo, espaço/lugar, manifestações e ações.+ Partindo deste conceito, entendo que o lazer não pode ser considerado isolado, uma vez que se insere nas relações estabelecidas de diversas culturas.

O lazer encontra-se hoje em contínuo processo de construção de seu sentido em nossa realidade. As concepções de lazer voltadas para sua oposição ao trabalho vem perdendo força e sentido num contexto em que os tempos de lazer e trabalho se confundem, o mesmo acontece com os espaços. Para entender como são organizadas as tentativas de proporcionar o lazer por meio das instituições públicas se faz necessário entender o processo de formação de políticas públicas.

As discussões sobre políticas públicas de lazer atualmente têm se destacado como temática ligada aos debates sobre cidadania, participação popular, reivindicações sociais e como uma possibilidade de contribuição na superação das desigualdades sociais como apresentam Isayama e Linhales (2006) em %Sobre Lazer e Políticas . Maneiras de ver, maneiras de fazer+.

Tendo em vista as considerações sobre o lazer já explicitadas, partiremos para uma discussão sobre o que vem a ser política pública. Política pública é um conceito da área da Política e da Administração que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos políticos, públicos ou coletivos, são resoluções de conflitos. Embora, política pública seja um conceito oriundo dessas áreas, vem sendo utilizado nas mais variadas áreas, por se caracterizar também por um estudo social das áreas que antecede a implementação de projeto e programa.

Segundo Lino Castellani Filho (2006) as políticas públicas podem ser definidas de três maneiras, tomando emprestados os significados dessa expressão na língua inglesa, são elas: a primeira expressa a compreensão dela como esfera que se contrapõe à da sociedade civil e que corresponde a ordem política, ao sistema jurídico que lhe dá sustentação, e às estruturas político-administrativas constitucionais do Estado (Polity); a segunda a tem como referência a atividade ou aos processos políticos, quase sempre conflituosos, que se estabelecem entre agentes na disputa eleitoral, na disputa para cargos, no atendimento de interesses (Politics); a terceira identifica com os próprios conteúdos da ação governamental, incluindo-se a configuração de programas e projetos e os processos de elaboração,

execução e avaliação dos mesmos (Policies). O trabalho proposto compreende-se na esfera Polity, uma vez que diz respeito às concepções e formulações de políticas.

A expressão, política pública de lazer, por si só, demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer. Para Marco Paulo Stigger (1998), quando o assunto é políticas públicas, se está falando de um determinado tipo de intervenção (...) que necessariamente, deverá trazer consigo e ter, como ponto de partida, a posição político ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas. Vale-se destacar que a não decisão não se refere à ausência de decisão sobre uma questão que foi incluída na agenda política, a opção por não realizar uma intervenção também é aqui compreendida como política. (Rua, 1998)

O esporte e o lazer foram incorporados à agenda pública brasileira como objeto a merecer intervenção do Estado, a partir da década de 30. Temos ainda o fato de que, na Constituição de 1988, o lazer foi reconhecido legalmente como direito social como apresenta Menicucci (2008). O direito ao lazer garantido pelo art. 217 da Constituição Federal . O dever do Estado fomentar práticas esportivas formais como direito de cada um, incentivando o Lazer como forma de promoção social+leva ao entendimento de que todo cidadão tem direito ao lazer, a Constituição coloca ainda o lazer no mesmo patamar de outros direitos sociais. Em decorrência, políticas públicas de esporte e lazer estão sendo desenvolvidas pelos órgãos de regência pública, como o Governo Federal, o Estadual e as Prefeituras. Para tal são desenvolvidas políticas e, de maneira mais prática, programas que objetivam a garantia ao acesso ao Lazer, contudo, estudos concluíram que a ação do poder público está longe de democratizar o acesso, principalmente quanto ao número de cidadãos envolvidos em seus programas+ notando ainda um grave descompasso teórico, que caba por reduzir a abrangência e principalmente as potencialidades pedagógicas das manifestações culturais do lazer+como destaca Melo (2001).

Por conta disso a SMAL anuncia no decreto nº 11.986 de 11 de março de 2005 que suas ações, são construídas com a perspectiva da participação coletiva, sob os princípios da democracia, transparência e qualidade, estimulando o acesso ao lazer. Considero que uma intervenção pública nesta área deve pautar-se na democratização do acesso ao lazer, multidisciplinaridade, assim como a ampliação das possibilidades de escolha da comunidade, buscando a qualidade da intervenção.

Considerando o contexto cultural em que a cidade de Belo Horizonte está inserida, as intervenções no âmbito lazer devem acontecer com algumas especificidades, típicas de marcadores culturais da cidade e da comunidade que nela vive. Vale-se destacar que cada cultura possui determinadas manifestações que não podem ser classificadas hierarquicamente, sendo valorizáveis como quaisquer outras. O profissional do lazer deve ir ~~contra~~ tais construções equivocadas (MELO, ALVES, 2003).

Acredito que a garantia do direito do Lazer ao cidadão de Belo Horizonte, depende das concepções e das ações que os órgãos públicos setoriais, no caso a SMAL, tem acerca do Lazer. Assim a presente pesquisa pretende analisar o entendimento de lazer, adotado pela Secretaria Municipal Adjunta de Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte, partindo da concepção dos gestores.

Segundo Menicucci (2006) é necessário uma ~~construção~~ construção política do sentido e do significado do lazer na sociedade, processo que pressupõe uma constituição teórica prévia, para tal sugiro possibilitar reflexões no âmbito do lazer, com o objetivo de auxiliar na definição de estratégias para uma política de lazer. Este estudo de caso da SMAL contribuirá para o estudo das políticas de lazer, através do desenvolvimento de conhecimento e produção teórica em torno da discussão desta temática e ainda contribuir de maneira significativa para uma possível avaliação e progressão nas perspectivas do lazer nas práticas sociais e políticas públicas exercidas e executadas pelos programas de ação da SMAL, através da visão dos gestores.

A partir das considerações trazidas por Mazzotti e Gewandsnajder (1999) o presente trabalho é classificado como uma pesquisa qualitativa, por ter o ambiente natural como sua fonte de dados, por ter uma preocupação com o processo maior do que com o produto e por considerar importante o significado que as pessoas dão às coisas. Ainda segundo Mazzotti e Gewandsnajder a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retirar a perspectiva dos participantes.

Uma vez concebido como pesquisa qualitativa, o trabalho classifica-se ainda como estudo de caso, considerando o estudo singular da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, visando à interpretação do contexto, retratando a realidade de maneira completa e profunda.

Para tal, foi realizada a análise considerando os processos e os produtos centrados no sujeito, através de entrevistas semi-estruturadas, confrontado com os elementos produzidos pelo meio do sujeito, análise documental do Plano Estratégico 2012/2013.

A escolha da entrevista como instrumento de pesquisa justifica-se por apresentar-se como meio para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos do objeto de estudo. Para Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, o foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que tal instrumento de pesquisa [..] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

O segundo, a análise documental, segundo Arilda Schmidt Godoy (1995) constitui-se como fonte não-reativa, pois as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Tal instrumento foi considerado necessário para entender o contexto da atuação da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, em que os gerentes entrevistados estão alocados configura-se como caso deste estudo.

Os gerentes de 1º e 2º nível, cargos já citados anteriormente, foram sujeitos da pesquisa, sendo aplicados à eles as entrevistas semi-estruturadas. A escolha por tais sujeitos se deu a partir da consideração de que, sendo eles gestores de toda a política da SMAL, teriam uma maior capacidade de explicitar o atual contexto desta secretaria, além de serem responsáveis por aprovações ou não de programas, projetos, eventos e demais ações no âmbito da SMAL. Foi analisado o Plano Estratégico 2012/2013 da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, por ser um documento planejado a fim de orientar as ações da SMAL, além de estabelecer objetivos à mesmas.

Foram estabelecidas algumas perguntas a fim de estabelecer meios norteadores para a análise dos dados obtidos através da aplicação dos instrumentos supracitados, são elas: Qual a concepção de lazer dos gestores? Quais são os

princípios que orientam as ações desses gestores? Qual o entendimento desses gestores sobre as intervenções da SMAL no âmbito do Lazer?

2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A escolha da análise documental como instrumento desta pesquisa, se deu a fim de que a mesma contribua para o entendimento do contexto da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, em que os gerentes entrevistados estão alocados. Durante todo o trabalho foram considerados documentos, tais como leis e decretos municipais, a fim de contextualizar a SMAL em seu sentido legislativo, social, histórico e cultural.

Porém foi dado ao documento, o Plano Estratégico 2012/2013 . Esporte e Lazer: Universalizar o Acesso e Exercer a Cidadania+ da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer um trato mais cuidadoso a partir de uma análise detalhada das impressões que o mesmo traz, confrontando com as concepções das referências consideradas neste estudo.

O documento data de 2012 e foi construído pela Equipe Executiva da Elaboração do Planejamento Estratégico, composta por cinco funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, a saber: um assessor político e técnico em planejamento, um professor de educação e analista de políticas públicas, uma psicóloga, especialista em elaboração e avaliação de projetos sociais, um analista de tecnologias, especialista em planejamento e processos e um fisioterapeuta, analista de sistemas e projetos. Ele tem como objetivo possibilitar a criação de condições para contribuir na transformação de BH em território cidadão capaz de reduzir desigualdades, promover direitos e qualidade de vida.

O Plano Estratégico 2012/2013 está organizado em três partes: introdução, eixos estratégicos e programas transversais. Por se tratar de um plano o documento explicita a missão da SMEL, as diretrizes de trabalho, os objetivos, metas e indicadores de avaliação.

A introdução tem a palavra do secretário+ como marco inicial, em que é tratada a atual situação do Esporte e do Lazer em Belo Horizonte e qual é o ideal desejado pela SMEL para o estabelecimento dos programas, projetos, e demais ações. Em seguida são esclarecidos os direitos de esporte, lazer, cidadania, participação e o objetivo do Plano Estratégico 2012/2013.

A criação das Diretrizes da Política Municipal de Esporte e Lazer foi justificada com embasamento nas Diretrizes do Sistema Nacional de Esporte, no Planejamento Estratégico de BH 2030 e no Programa BH Metas e Resultados. Após a justificativa foi apresentado o Mapa Estratégico Municipal de Esporte e Lazer, assim como a sua missão e visão. Por último, foi apresentada a articulação feita entre o Plano Estratégico e os objetivos do milênio.

Como este trabalho trata-se de um estudo de caso da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer foi preciso fazer cortes no documento para a análise somente das ações e planejamentos que envolvem esta secretaria adjunta. Este processo demandou um cuidado grande, somado a uma pesquisa que vai além do que está exposto no documento, foi preciso entender quais são as ações de ambas as secretarias adjuntas, de lazer e de esporte. Para tal, estes dados foram levantados levando em consideração os dados obtidos durante as entrevistas realizadas com os gestores. Sendo assim foram definidas como ações da SMAL: Programa Vida Ativa, Programa Caminhar, Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Programa Recrear, Programa No Domingo a Rua é Nossa, Programa Academia à Céu Aberto, BH em Férias, que, juntas às considerações gerais (Palavra do secretário, introdução, diretrizes, mapa estratégico) contidas no documento serão analisados neste trabalho.

Tendo como objetivo identificar e analisar o entendimento de lazer adotado pela Secretaria Municipal Adjunta de Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte, expresso no documento, foram estabelecidas algumas categorias de análise. A escolha de tais categorias foi realizada posteriormente à várias leituras e interpretações do documento e depois foram destacados pontos que marcam a impressão dada pelo mesmo. Durante a análise foram apresentadas as compreensões acerca destas categorias valendo do referencial teórico, assim como a maneira em que elas se encontram no documento analisado.

O entendimento de lazer adotado neste trabalho foi concebido por Gomes (2004): "o lazer é uma dimensão da cultura construída socialmente, em nosso contexto, a partir de quatro elementos inter-relacionados: tempo, espaço/lugar, manifestações e ações" e será usado como principal referencial, durante a análise.

2.1 Lazer e Espaço-lugar

Do ponto de vista mais amplo, espaço de lazer refere-se a um dos aspectos de uma política de lazer+ Pellegrin, 2004

Pensar em espaços de lazer, muitas vezes nos remete a espaços/ lugares específicos para essas vivências, tais como teatro, cinema, estádio. Ter o espaço como referência de lazer, pressupõe que este local tenha sido apropriado à práticas culturais individuais ou de grupos. O que quero dizer é que o local por si só não define o lazer, e sim maneira com que nos apropriamos dele. Por exemplo, estádios de futebol podem ser considerados como espaço de lazer, segundo Lages e Silva (2012) esta vivência de forma isolada não pode ser reconhecida como lazer, mas tal fenômeno ocorre quando se leva em consideração a relação entre o sujeito e a vivência+.

Outra questão que norteia o espaço é a organização do espaço físico em que estamos inseridos. Tratando-se de um estudo de caso sobre a Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, devem ser consideradas as tensões do lazer vivenciado no espaço da cidade, uma vez que o caso deste estudo ocorre na cidade de Belo Horizonte. Marcellino (2006) nos dá uma dica quando defende que democratizar o lazer implica democratizar o espaço+, para o autor, paralelo ao tempo disponível deve corresponder um espaço disponível. A democratização do espaço passa não só pela construção de locais e equipamentos específicos para vivências culturais, mas também pela possibilidade de acesso e apropriação destes espaços.

Para Gomes (2004), o espaço/lugar vai além do espaço físico por ser um local+ do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer+.

O documento analisado permite conceber algumas considerações sobre os espaços de lazer de Belo Horizonte+ e de qual maneira a SMAL pretende dar a eles este real significado. Já na palavra do secretário+ o espaço aparece como meio de se promover igualdade social: Promover justiça social por meio de ações que estabeleçam igualdade de oportunidades e acesso aos bens e direitos sociais+. Os espaços, então, aparecem como possibilidade de exercer a cidadania, através do

direito se apropriar dele, principalmente pelos seguimentos sociais mais vulneráveis.

Para se obter esta justiça social são considerados algumas metas: estratégia pautada nas realidades locais, afirmação dos espaços públicos como espaços de convivência social, construção e reformas dos equipamentos e espaços de esporte e lazer, oferecer ao cidadão espaço de livre convivência, disponibilização de um conjunto de equipamentos de ginástica adaptados e implantados em espaços de fácil acesso pela população. Para alcançar estas metas, o plano se utiliza de braços dos programas, ou até mesmo de objetivos centrais à alguns deles, como é o caso do Programa Domingo a Rua é Nossa, que tem por objetivo oferecer um espaço de livre convivência.

Assim, ao mesmo tempo em que a SMEL se propõem a construir espaços para a garantia de direitos, defende a ideia de definição de novas estratégias de gestão desses equipamentos. No programa Academia à Céu Aberto, não há indicativos da presença de profissionais, somente da construção do espaço, mas a comunidade se apropria deste espaço? De que maneira? Estes espaços se configuram como espaços acolhedores, de encontros e de vivência dos direitos?

Acredito que transformar BH em território cidadão pode perpassar pela construção destes equipamentos e espaços, desde que a escolha pela configuração deste espaço tenha se dado a partir do diagnóstico de preferência das pessoas a serem atendidas por estes espaços. Pellegrin destaca que

Uma vez que o espaço está intimamente ligado à política pública, parece oportuno deixar claro que o trato com o espaço de lazer na elaboração e na implementação de uma política pública dependerá necessariamente dos valores os quais se trabalha, das concepções do homem, do mundo, e da sociedade que se tem. (PELLEGRIN, 2004)

Assim para complementar a análise da elaboração das políticas públicas da SMAL será esboçada algumas outras concepções ligadas ao trato dos espaços de lazer.

2.2 Lazer e Manifestações Culturais

Pensar no desenvolvimento do lazer está, quase sempre atrelado à noções de vivências culturais. Mas o que seria a cultura? Segundo Marcellino (2004)

cultura é um conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve. Implica, segundo o autor, reconhecer que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. Corroboro com Alves (*apud* GOMES 2004) diante da necessidade de superar o entendimento restrito de lazer como cultura, em que o lazer é uma das dimensões da cultura, como o trabalho, a educação e a família.

Para Geertz (1989, p. 9) a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas. Apropriando-me deste conceito, entendo a cultura como manifestações definidas por um contexto histórico de uma dada sociedade, não restringindo o termo sociedade somente à população que reside em um mesmo território, mas também aos grupos que tem interesses afins, como religião, sexualidade, que dão significado à diferentes comportamentos, tornando-os específicos de cada indivíduo

No conceito de Gomes (2004) escolhido neste trabalho como referência as manifestações culturais são os conteúdos vivenciados como fruição da cultura seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento, assim foi considerada as práticas previstas no documento que abordam manifestações culturais que tenham como objetivo possibilitar a diversão, o descanso ou o desenvolvimento da própria cultura inserida na sociedade atingida pelo plano estratégico.

A proposta de atentar para as realidades locais, como prevista na introdução do documento vai ao encontro à consideração das manifestações culturais específicas de Belo Horizonte. Mais objetivamente, o Programa Recrear apresenta como objetivo facilitar o acesso ao lazer, estimular a vivência cultural lúdica, objeto e veículo da educação, de socialização democrática e de desenvolvimento pessoal social, tendo em vista contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Este objetivo não deixa claro qual será a maneira para estimular a vivência cultural lúdica da população, a cultura será ressignificada? Serão apresentadas novas dimensões?

Não conceituar, ou não explicitar as ideias, faz com que o leitor do plano estratégico não tenha condições de entender tais objetivos, nem de como alcançá-los. Considero que, a partir do confronto dos dados contidos no documento com os obtidos através das entrevistas, são realizadas ruas de lazer na cidade de maneira

genérica para todos os diferentes grupos. Dialogando com Alves (2004) ressalta que a cultura não é mais o controle, mas, em certo sentido, é a desordem, traz a pluralidade, a diversidade, a estilização da vida; generalizar práticas ditas como culturais a diferentes público e situações, provavelmente não configure como estímulo a novas vivências.

Além disso, associado ao objetivo de estimular as práticas culturais está o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, presente em vários trechos do documento.

2.3 Lazer e Qualidade de vida

parece que existe um consenso de que é algo bom falar em qualidade de vida, mesmo sem definir exatamente do que está se falando.

A qualidade de vida aparece em vários discursos no meio acadêmico, político, comercial, psicológico, da saúde, como um objetivo a ser alcançado através de interesses específicos de cada área. Anterior a uma reflexão embasada sobre o termo, é possível dizer, que qualidade de vida é um estado bom em que todos gostariam de estar, e que a definição dos parâmetros para se avaliar estes estados se dê a partir da individualidade de cada pessoa. Porém esta definição, além de ser muito generalizada, poderia se enquadrar a outras expressões, como o prazer e a felicidade. Debrucemos aos livros.

De acordo com Minayo *et al.* (2000, p.10), qualidade de vida

é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Apropriando-me do conceito de Minayo, que considero ter sido elaborado a partir de uma análise subjetiva do conceito de qualidade de vida, em que considera a percepção pessoal da realidade em que o sujeito está inserido, e

dialogando com os objetivos do milênio contidos no documento, a qualidade de vida está associada aos seguintes padrões de bem estar para a sociedade: erradicação da pobreza e da fome, educação básica e de qualidade para todos, promoção da igualdade entre os sexos e a valorização da mulher, redução da mortalidade infantil. Assim para que a população de Belo Horizonte tenha uma qualidade de vida seria necessário atingir estes objetivos. Será? Tubino (2003) corrobora com esta noção quando considera que nenhuma análise sobre qualidade de vida individual poderá ser desenvolvida sem uma contextualização na qualidade de vida coletiva.

O documento, então, projeta propostas que seriam caminhos para atingir tais parâmetros de qualidade relacionados a atividade de lazer, que objetivamente não aparecem como necessárias mas são pensadas a partir da mesma análise subjetiva do contexto da sociedade.

Uma análise mais objetiva seria estabelecer padrões quantificáveis para analisar qual a qualidade de vida da população. Como a Organização Mundial da Saúde (OMS) que propõe que qualidade de vida é multifatorial, referendando-se a partir das seguintes dimensões: (1) saúde física, (2) saúde psicológica, (3) nível de independência (em aspectos de mobilidade, atividades diárias, dependência de medicamentos e cuidados médicos e capacidade laboral), (4) relações sociais e (5) meio ambiente (SOUZA, CARVALHO, 2003). Para avaliar este conceito a OMS criou o WHOQOL-100, instrumento de avaliação de qualidade de vida, composto por cem perguntas relacionadas às diferentes facetas que envolvem o termo em diferentes países. (FLECK, 1999)

O Plano Estratégico por sua vez se apropria da saúde, considerando, principalmente, seus aspectos biológicos, como ferramenta para atingir uma melhor qualidade de vida da população e a partir desta consideração correlaciona atividade física em espaços e momentos e lazer oferecidos à população. Já em sua introdução apresenta que o planejamento estratégico a ser apresentado, fundamentado a partir dos programas e projetos existentes, nos possibilita criar condições para contribuir na transformação de uma BH em território cidadão capaz de reduzir desigualdades, promover direitos e qualidade de vida (Plano Estratégico, 2012).

O documento traz ainda, na apresentação de cada programa relacionado à SMAL, propostas de promoção da atividade física. O Programa Caminhar tem como objetivo promover a educação para a saúde e qualidade de vida por meio do

incentivo à prática regular e orientada da atividade física+. O Programa Academia à Céu Aberto pretende proporcionar condições adequadas para a prática de atividades físicas para pessoas de todas as idades... busca promover a melhoria da qualidade de vida do cidadão+. O que o documento considera qualidade de vida?

Guimarães e Martins (2004) destacam Belo Horizonte, por adotar conceitos e metodologias diferenciados para o uso do termo qualidade de vida, que considera as especificidades dos moradores de Belo Horizonte. Um destes trabalhos é intitulado Índice de Qualidade de Vida Urbano (IQVU) de Belo Horizonte, contendo 11 várias com diferentes pesos representativos nos cálculos, a saber: abastecimento, alimentação, assistência social, cultura, educação, esporte, habitação, infra-estrutura urbana, meio ambiente, saúde, segurança, urbana e serviços urbanos. Segundo Nahas (2002) o IQVU deveria mensurar a oferta de recursos urbanos entre as regiões da cidade, ou seja, deveria dimensionar a distribuição espacial de serviços e equipamentos públicos e privados+. Assim seria possível calcular, de tempos em tempos quais seriam os locais com maior necessidade de direcionamento de programas e ações, em determinadas facetas da qualidade de vida.

O lazer não aparece explicitamente dentre os princípios de manutenção da qualidade de vida de Belo Horizonte, porém pode ser analisado subjetivamente através das facetas selecionadas, como a cultura, o esporte, saúde.

A política pública de lazer voltada à qualidade de vida, como qualquer outro setor, deve ter uma postura crítica e articular-se, compartilhando objetivos e recursos, além de adotar como critérios fundamentais o incentivo à sociabilidade espontânea e o desenvolvimento da sensibilidade e do autoconhecimento dos participantes. É nesse sentido que procuramos aqui apontar a importância da pesquisa a respeito do objeto cultura e sua contribuição para pensar o lazer, a qualidade de vida e as suas políticas. (ALMEIDA, 2012)

2.4 Lazer e Cidadania

Segundo Amaral (2004) temáticas sobre nome de políticas públicas e privadas de lazer, lazer e empresa, lazer e voluntariado, lazer e terceiro setor, vida cotidiana e lazer, em muitos casos, tem a cidadania como categoria central ou tocam nessa temática+, deste modo este trabalho, não se fez distante a essa realidade. A temática cidadania está presente repetidamente no texto do documento analisado, e por isso caracterizou-se como fundamental para o entendimento do mesmo.

O lazer aparece como direito constitucional garantido a partir da Constituição de 1988, estando este no mesmo patamar de outros direitos como à educação e à saúde. O plano estratégico utiliza deste marco como justificativa para suas ações logo no primeiro parágrafo do documento, como segue: "Há mais de 20 anos esporte e lazer passaram a ser reconhecidos como direitos sociais". E a partir daí discursa sobre como a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer atenderá a este direito.

Mas a cidadania aparece antes, a outras categorias de análise por estar presente no título do documento "Esporte e Lazer- Universalizar o Acesso e Exercer a Cidadania". Assim entendo que garantir a cidadania seja um dos principais objetivos desta secretaria e isso aponta a ser feito tendo como princípio o "reconhecimento do cidadão como sujeito de direitos".

Carvalho (apud Amaral, 2006) diz que

a cidadania é mais que uma coleção de direitos, e que o cidadão não é meramente uma penca onde se colocam direitos civis, políticos e sociais. Cidadania é também a sensação de pertencer a uma comunidade, de participar de valores comuns, de uma história comum, de experiências comuns. Sem esse entendimento de identidade coletiva . não seria possível a existência de nações democráticas modernas [...] Identidade nacional e cidadania, sem se confundirem, se reforçam mutuamente.

Apropriando-me deste conceito realizei uma releitura do documento a partir de uma cidadania que extrapolasse os direitos civis. O primeiro ensaio que parece abordar a cidadania num sentido mais amplo encontra-se na introdução do documento, que objetiva estabelecer "uma cidade que favoreça a cidadania, transcendendo o terreno conceitual para a objetivação qualificada em áreas como saúde, educação, cultura, meio ambiente, esporte e lazer". Pensar no termo objetivação qualificada remete a uma cidadania conquistada através da participação popular nas diferentes instâncias públicas.

Corroborando com este pensamento e na apresentação do Lazer contida no documento, ressalto que as políticas de lazer perpassam pelas mais diversas ações da vida comunitária e além de atender a um direito constitucional, elas se instrumentalizam pelo poder de mobilização social e participação cultural, compreendendo-se como um exercício da plena cidadania.

2.5 Lazer e Políticas Públicas

Políticas Públicas de Lazer já foram discutidas anteriormente, porém neste momento de pesquisa, cabe ressaltar alguns aspectos relevantes encontrados durante a análise do documento em questão.

As políticas públicas podem acontecer em âmbito federal, estadual, municipal, porém elas não ocorrem de maneira isolada. Tratando-se de um estudo de caso sobre a Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, procuramos entender quais são as ações realizadas em âmbito Municipal, cabe ressaltar que dentre as ações desenvolvidas, o Programa de Esporte e Lazer na Cidade, é uma política pública de âmbito federal, porém que acontece em parceria com a prefeitura municipal. Este dado foi ressaltado devido ao fato de outros programas estarem na mesma situação, como o Programa Segundo Tempo. Outro aspecto de destaque é a composição da Equipe Executiva de Elaboração do Planejamento Estratégico, como ela foi formada? A equipe se apoiou em quais pressupostos para redigir o Plano Estratégico. Qual a finalidade? Quem optou por tais programas, projetos e objetivos?

Estas questões são reflexos de impressões tidas a partir da leitura do documento, em que não é exposta, em momento algum, a participação direta de outros profissionais da SMAL e muito menos do público a quem se direciona tais ações. Esta é uma característica de uma gestão que não é participativa, em que a definição das políticas acontece de maneira vertical por um grupo de pessoas que decide o que é melhor para toda a sociedade em questão.

Amaral (2006) diz que muitas vezes, os formuladores de políticas (mesmo quando há consulta popular) expressam nestas suas preferências individuais ou coletivas, cujo conteúdo pode ser divergente daquele da coletividade. Não que as políticas tenham sido construídas pela Equipe Executiva, mas a mesma não apresentou no documento, os caminhos para a construção do documento.

Há ainda algumas questões em torno da construção e organização do documento, que uma vez respondidas, auxiliaram na interpretação dos dados, o documento não apresenta data de publicação e não é possível entender para quem se direciona. Apesar de se tratar de um plano estratégico, ainda a ser implementado, o documento não apresenta perspectivas qualitativas, e muitas vezes a perspectivas quantitativas não são claras, não há uma meta superior à realidade.

O documento apresenta indicadores de avaliação das ações desenvolvidas, o primeiro deles é número de pessoas e os demais são definidos a partir de índices pouco claros, tais como: índice de parceria estratégica, índice de atendimento à demanda, índice de sucesso na execução dos eixos estratégicos, índice de promoção e eventos, índice de alcance das metas, índice de execução do orçamento estratégico, taxa de atendimento por faixa etária, índice de satisfação do cidadão com o atendimento (por projeto e por instituição). Tratando-se de um documento norteador para execução das ações da SMAL, esperava-se que o mesmo fosse composto de instrumentos, ou possibilidades de análise dos programas e projetos, a fim de uniformizar a avaliação da SMAL.

3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No Brasil a Constituição de 1824 estabeleceu um sistema eleitoral que concretizou a representatividade política por meio de deputados eleitos pelo povo, por meio de sufrágios indiretos, alcançando, com a evolução da monarquia o sufrágio direto a partir de 1881, quando a escolha dos deputados se fará pelo voto direto dos eleitores. (ANDRADA, 2012)

A escolha destes representantes, por meio do voto direto, caracteriza o Brasil como uma democracia representativa, assim os agentes escolhidos para administrar o Estado são responsáveis pelo planejamento de políticas públicas para os setores em que estão alocados. Segundo Linhales (1998) estes agentes não interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar distributivamente, na forma de programas e serviços.

Starepravo (2011) diz que as ações governamentais que visam atender à sociedade com relação a uma determinada demanda são chamadas de políticas setoriais. Entendo a Secretaria Municipal Adjunta de Lazer como responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas setoriais de lazer, mesmo sabendo que os fatores que afetam o lazer ultrapassam as barreiras setoriais, este trabalho se propôs a analisá-la. A SMAL é organizada em gerências e programas. O seu organograma de representatividade dos cargos que a compõe, cargos estes dotados de poder baseado na representatividade democrática que envolve a Prefeitura de Belo Horizonte, é composto pelo secretário adjunto de lazer, abaixo dele por dois gerentes, um gerente de eventos promocionais de lazer e atividade física e um gerente de desenvolvimento do lazer, que são gerente de primeiro nível. Abaixo do primeiro ainda compõem um gerente de eventos promocionais de lazer e abaixo do segundo outros dois gerentes, gerente de programas de lazer e gerente de programas de lazer e atividade física e qualidade de vida, os três como gerências de

segundo nível. O cargo de secretário adjunto é chamado de cargo político, em que a pessoa que está em posse dele ali se encontra por meio de negociações dos partidos políticos. Já os gerentes são considerados cargos de confiança, em que os agentes são convidados ocupar determinado cargo por apresentarem perfil e/ou capacidade para administrá-lo, é preciso considerar que esta escolha também está dotada de interesses políticos.

Corroborando com Frey (200) que diz que na fase de elaboração de programas e de decisão, é preciso escolher a mais apropriada entre as várias alternativas de ação. Normalmente precedem ao ato de decisão propriamente dito processos de conflito e de acordo envolvendo pelo menos os atores mais influentes na política e na administração; considero que estes agentes, a partir de agora chamados de gerentes neste trabalho, são responsáveis pelas principais decisões frente ao planejamento de ações da SMAL. Assim, partindo do objetivo de entender a perspectiva de abordagem do lazer na SMAL, entendo que analisar o que estes gerentes consideram como lazer e como o desenvolvem seria uma rica ferramenta para atingir tal objetivo.

Para tal foram realizadas entrevistas semiestruturadas a fim de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos desta pesquisa às questões norteadoras das mesmas. Foi elaborado um roteiro de perguntas que conduziram as falas dos entrevistados às questões do trabalho, favorecendo uma compreensão clara dos argumentos apresentados. Para testar a ferramenta construída para a entrevista, foi realizada uma entrevista piloto com uma analista de políticas públicas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, e a partir desta experiência foram feitos ajustes no instrumento objetivando tornar as perguntas mais claras e significativas para o trabalho.

Após a entrevista piloto e a reconstrução do roteiro de perguntas, foram realizadas as entrevistas com os cinco gerentes. Para tal, fui ao local de trabalho dos mesmos, algumas vezes, durante cerca de um mês compreendendo entre março e abril de 2013, portando o roteiro de entrevistas, uma carta de apresentação do projeto de pesquisa que continha os objetivos justificativa, metodologia e responsáveis, gravador de voz e caderno para as anotações de observações durante a visita ao campo. Segundo Szymanski (2010) Ao selecionar a entrevista

como seu procedimento de produção de dados, o pesquisador deve estar atento não só à fala de seu entrevistado, mas também ao seu meio. Este inclui os diversos aspectos do ambiente físico e social, e também as interações que o entrevistado estabelece durante a situação da entrevista+. Valendo-me de tal concepção abordei uso do caderno de campo como instrumento complementar à entrevista, que relata as informações e reflexões consideradas relevantes durante o tempo de visita ao campo objeto de estudo para a entrevista com os gestores. Durante este processo não encontrei dificuldade para me comunicar com os gerentes, em sua maioria, a não ser por um deles que hesitava em participar deste processo.

Bardin (1995) diz que é preciso superar a %uso de transparência+, via %vigilância crítica+e o emprego de técnicas de ruptura a fim de manter a validade e a fidedignidade dos procedimentos metodológicos, sem, no entanto, afastar das percepções e criatividade. Assim os procedimentos de análise compreenderam na leitura e releitura incansável das entrevistas, destacando os aspectos considerados importantes e recorrentes nas falas de diferentes gestores e a busca de referência teórico que embasasse a discussão. A sistematização destes dados se deu através de categorias de análise estabelecidas a posteriori leitura e impressões iniciais dos discursos.

Foram estabelecidas três categorias de análise, perfil dos gestores, percepção das políticas públicas da SMAL, percepção do lazer. A primeira tem por objetivo contextualizar a atuação dos gerentes através da análise de dados referentes à titulação, tempo de trabalho, cargo em que ocupa, há quanto tempo ocupa. A segunda refere-se à contextualização da SMAL a partir da fala dos gerentes, quais são as ações, como são desenvolvidas, quais as diretrizes, questões administrativas referentes à secretaria. E a última refere-se à percepção de lazer dos gestores. Vale destacar que estas categorias de análise não são definidas de acordo com as perguntas, e sim de uma análise feita em todo o discurso, considerando que na entrevista semiestruturada o entrevistado tem certa liberdade e percepção em momentos e maneiras diferentes durante a entrevista.

3.1 Perfis dos gestores

A Secretaria Municipal Adjunta de Lazer (SMAL) é composta por cinco gerentes que ocupam cargos de confiança dentro da secretaria. Estes gerentes serão aqui tratados como S1, S2, S3, S4 E S5, para preservar a identidade dos mesmos. Os cargos de confiança reforçam a natureza do Estado que significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação, que interferem também na seleção de prioridades para alocação de recursos públicos (LINHALES, 1998), daí a importância das ações exercidas por estes cargos.

O primeiro desafio encontrado foi esclarecer quem eram os agentes que ocupavam estes cargos, para isso indaguei à analistas de políticas públicas e professores supervisores da SMEL e muitos não souberam responder. Isso me levou a indagar qual é a real representatividade destes gerentes dentro da SMEL, uma vez que os demais funcionários nem ao menos os conhecem. Será que as ações deles são reconhecidas?

Após procurar mais a fundo esclareci quem são os gerentes. Todos possuem curso de nível superior, S1 é formado em geografia e biologia, S2 em assistência social, S3 em terapia ocupacional, S4 em ciências sociais e biologia e S5 em direito. S5 tem ainda pós-graduação em gerenciamento de projetos e S4 tem mestrado em sociologia, outros envolvimento com o meio acadêmico não foram mencionados ou não existem. S1 foi o único a destacar outra ligação que possivelmente contribui à sua formação que é a participação no Conselho Municipal de Cultura. Mesmo considerando que a área do lazer é uma área multidisciplinar, é válido destacar que nenhum dos gerentes possui nenhuma ligação com a área da Educação Física, esta era uma hipótese esperada, devido ao fato de a SMAL estar ligada diretamente à Secretaria Municipal Adjunta de Esporte e devido ao perfil das ações desenvolvidas na secretaria, que será analisado adiante. Porém apesar desta hipótese corroboro com Isayama (2004) (dicionário) quando destaca que:

Ao refletir sobre a formação profissional para atuar no campo do lazer, inicialmente é necessário reforçar que o lazer se configura como um campo multidisciplinar que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares, por meio da participação de profissionais com diferentes formações... Lamentavelmente, ainda se pensa que, para atuar na área, não é necessário ter formação específica e aprofundamento sobre o tema.

Todos ocupam o cargo a cerca de um ano e meio, dois disseram ser concursados na Prefeitura de Belo Horizonte há mais tempo e, com a reforma da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer passaram a ocupar estes cargos.

Os gerentes não apresentam um horário fixo de trabalho dentro do prédio da SMAL, localizado na Avenida Afonso Pena, 5000, e acredito que isto acontece devido à tarefas que os mesmo desenvolvem, em sua maioria eventos, articulação de material e reuniões, que são considerados serviços externos. Este fato provocou o desencontro com alguns gerentes, pois os mesmo não apresentavam, ou não consideravam necessário, incluir a entrevista para este trabalho numa agenda. Isso foi minimizado devido à predisposição da quase totalidade dos gerentes em participar da entrevista no primeiro momento de minha abordagem. Durante a entrevista, S1, S2, S3 e S4 estavam realizando alguma tarefa interna, em contato com outros funcionários ou em outras demandas, apenas dois gerentes não consideraram interromper as tarefas para responder às perguntas e o fizeram concomitantemente.

Ao serem questionados sobre qual cargo ocupam, foi perceptível a dificuldade de citar o nome do cargo por parte de três gerentes, que disseram o nome errado, isso dificultou no momento da análise da entrevista. Esta incerteza pode influenciar na percepção dos próprios deveres que cada gestor tem na SMAL. Foi utilizado o decreto nº 14.621, de 1º de novembro de 2011, para maiores esclarecimentos sobre os cargos e a competência de cada um deles.

S1 foi bastante receptivo, e apesar de estar acordando a participação de uma escola numa rua de lazer, preferiu realizar a entrevista naquele momento. S1 é um gerente despojado, tem em sua sala um jogo de futebol de botão armado, e no início de nossa conversa fazia algumas jogadas sobre a mesa. Durante a entrevista falava em tom firme e ao encerrar pediu que ouvíssemos juntos o que tínhamos gravado. No momento em que ouvíamos S1 se expressou sem a formalidade apresentada na entrevista, comentado que ~~estava~~ estava falando bonito, parecia até importante+, que ~~aquele~~ aquele homem era um picareta+, referindo-se a si mesmo, que em algumas respostas tinha conseguido ~~blindar~~ blindar o prefeito, mesmo sendo concursado e não precisando disso+e que ~~a~~ Prefeitura não tinha diretrizes ou tinha e era ele que não sabia+. Estas expressões foram consideradas na análise, é possível que as

respostas dadas pelo mesmo tenham sido embasadas na representatividade que o uso daquele material teria.

S2 ao aceitar participar da pesquisa saiu da sala em que estávamos e ao voltar trouxe um coordenador do Programa Recrear para participar da entrevista, alegando que ele poderia ajudar por estar mais tempo no programa e por ser da área+. Durante suas respostas parecia querer justificar o trabalho e a falta dele, com promessas e metas a serem cumpridas neste ano. Ao ser indagado sobre quais são as diretrizes de planejamento dos programas da SMAL solicitou que o coordenador respondesse à pergunta, como se quisesse fugir da responsabilidade.

S3 demonstrou-se impaciente durante a entrevista e solicitou esclarecimento sobre todas as perguntas como se quisesse um tempo a mais para pensar ou conseguir maiores direcionamentos sobre o que deveria ser respondido. Apresentou respostas rápidas como se desejasse finalizar brevemente a entrevista.

O contato com S4 se deu de maneira difícil, pois nossos horários se demonstraram muito divergentes, porém assim que o encontrei realizamos a entrevista. Ele apresentou uma postura firme, tentou ser o mais claro possível, sem se preocupar com delongas no horário, parecia responder com muita seriedade. Ao encontrá-lo em outra ocasião, comentou com outros funcionários que eu fui querer saber o que ele sabia de esporte, que o que ele disse não me ajudaria em nada, pois gerente não sabe nada disso não+. Talvez se eu tivesse feito esta pergunta durante a entrevista não teria obtido uma resposta tão sincera e objetiva.

S5 se incomodou com minha presença, porém mesmo assim disse que daria a entrevista, após ler o roteiro de perguntas pediu que eu voltasse em outro momento, as perguntas pareceram espantá-lo. Marcamos outro dia, no horário do nosso encontro ele disse que não poderia me atender, que queria responder as perguntas pelo e-mail. Insisti num contato cara-a-cara+ e marcamos outros dois encontros, ambos desmarcados, até que o procurei sem aviso prévio e o mesmo resolveu me liberar+, como declarou. Durante a entrevista estava usando o computador e demonstrava impaciência, enquanto respondia as perguntas continuou executando suas tarefas.

Nenhum dos gerentes declarou ter ciência sobre as diretrizes de trabalho organizadas e sistematizadas para toda a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Em grande maioria das respostas, não foi considerado nenhum referencial que embasasse o que declaravam, chegando a apresentar conceitos de senso comum sobre assuntos em que os mesmos, a meu ver, deveriam ter ampla compreensão, para o gerenciamento. Todos os entrevistados solicitaram uma cópia do trabalho quando finalizado para saberem em qual conclusão cheguei com o trabalho.

3.2 Percepções sobre as políticas públicas da SMAL

Durante a entrevistas foram realizadas perguntas que se referiram diretamente às questões relativas ao processo de administração e gerenciamento da SMAL. A partir das respostas obtidas diretas e indiretamente a cada pergunta foi possível organizar as concepções dos gestores no que se refere às ações da SMAL e seus objetivos, sobre a gestão dos próprios gerentes entrevistados, e as diretrizes de trabalho da SMAL. Para a análise destas informações também foram considerados documentos como o Decreto 14.621 e o plano estratégico de 2012 e 2013 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

A primeira percepção considerada foi a função individual de cada um dos gerentes. De maneira geral foi possível perceber que as funções desempenhadas são relativas à gestão de programas específicos, ou seja, a ação dos gerentes se estende e se limita à gestão de programas. Indo de encontro ao decreto que estabelece as funções dos referidos cargos, foi observado um descompasso entre o discurso dos gestores e a obrigações designadas aos mesmos.

S1 e S2 declararam desempenhar a administração dos seguintes programas: Brincando na Vila, Domingo a Rua é Nossa, Academia à Céu Aberto, Recrear e BH em férias. A planejar e avaliar as ações de eventos promocionais e lazer refere-se a uma das funções destes gerentes que, a partir da análise do discurso dos mesmos, acredito que são efetivadas pelas gerências. Porém de acordo com os Art. 36 do decreto supracitado, cabe aos gerentes da Gerencia de Eventos Promocionais de Lazer e Atividade Física %oordenar e realizar ações, encontros, jornadas, seminários, campanhas e cursos que contribuam para o desenvolvimento da cultura do lazer e do aprimoramento técnico para o

desenvolvimento do lazer+, não foram apresentados no discurso de gerente S1 e S2 argumentos que abordavam a realização de formações no contexto da SMAL, assim como isso não aparece na fala de nenhum outro gerente. S1 enfatizou a parceria entre a Fundação Municipal de Cultura e a SMAL para a realização do Programa Brincado na Vila, esta ação diz respeito ao inciso II do art. 36 % apoiar, monitorar e avaliar a realização de eventos, promovidos por outras entidades e/ou organizações de lazer devidamente constituídas+.

S3 declarou coordenar %atividades físicas, de esporte e de lazer do Programa Vida Ativa+, porém em seu discurso não foi observado o desenvolvimento de parcerias e trabalho junto as regionais, previstos no decreto 14.621. Durante a sua fala foi possível perceber a importância dada ao acompanhamento de profissionais de Educação Física durante as práticas de atividade física e ainda uma possível sistematização de dados que podem ser usados para diagnosticar a população de Belo Horizonte.

Nos depoimentos de S4 e S5 foi possível identificar considerações que se aproximam muito das funções destes gerentes esperadas, como a adequação do espaço público, a priorização da população residente em %áreas com maior vulnerabilidade+, desenvolvimento de ações que proporcionem uma maior qualidade de vida e bem-estar para a população, além do levantamento de dados da população, principalmente através do Programa Caminhar.

É válido destacar que a consideração de tais funções e ações não tem como base a observação da intervenção destes programas com a comunidade, foram considerados os discursos dos gerentes e o decreto 14.621, pode ocorrer de alguma observação aqui analisada não ter coerência com a realidade das práticas junto à população.

A segunda percepção das políticas públicas desenvolvidas na SMAL foi o delineamento das ações desenvolvidas pelas mesmas. Foi possível observar que, de maneira geral, os gerentes entendem como ações de lazer o desenvolvimento de programas, não sendo explicitadas ações como formação de parcerias com outras instâncias que envolvem o lazer. Segundo Staprevo (2011)

dentre as políticas sociais estão aquelas diretamente direcionadas ao âmbito do esporte e lazer, e também, aquelas que indiretamente interferem

nessa esfera social, pois a complexidade de fatores que afetam o esporte e o lazer ultrapassa as barreiras setoriais tradicionais, demandando, portanto políticas públicas nos mais variados universos sociais.

Assim, espera-se que uma Secretaria Municipal de Lazer seja capaz de fazer a interlocução entre as demais secretarias ou instâncias que envolvem o lazer. A não realização desta demanda pode ocasionar o que acredito que seja o caso de Belo Horizonte, a sobreposição de ações, a desvinculação de setores com o mesmo objetivo, e a priorização por algumas manifestações do lazer. Considerando que a SMAL é uma secretaria adjunta da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e analisando o discurso dos gerentes da primeira é possível constatar que as ações desenvolvidas priorizam manifestações físico-esportivas nas ações de lazer, em que há uma vinculação forte, como discutido na análise documental, das ações da SMAL e objetivos de prática de atividade física regulada e orientada.

O terceiro grande grupo de informações que possibilitam discussão sobre as políticas públicas da SMAL são as questões gerenciais que envolvem os entrevistados. Os gerentes foram questionados a respeito das dificuldades e facilidade encontradas em sua gestão, as respostas foram sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Facilidades e dificuldades

Gerente	Facilidades	Dificuldades
S1	-Promoção de cargo; -Administração moderna; -Qualificação de funcionários.	-Burocracia; -Lentidão; -Funcionários.
S2	-Equipe de trabalho	- Financeiro
S3	-Equipe de trabalho	-Falta de verba
S4	-Uso da dificuldade para se formar um bom gestor; -Programas consolidados; -Participação da comunidade; -Profissionais capacitados;	- Recurso/ orçamento; - Falta de recursos humanos; - Trabalhar as informações do cidadão. Espaço para apreender o conhecimento.
S5	-Vontade de trabalhar	- Pouco dinheiro destinado da verba pública

Apesar de todos os entrevistados terem citado alguma facilidade, todos encontraram dificuldades para coloca-las no discurso. S5 e S2 quando questionados dizem, respectivamente:

Facilidade é a vontade que a gente tem de trabalhar, porque aqui a gente é gerente, mas a gente carrega, se precisar a gente carrega o caminhão e faz de tudo para fazer com que a coisa funcione. Facilidade mesmo não vejo muitas não

As facilidades estão sendo tocadas na marra aqui, a equipe é guerreira, é unida, e vamos tocando, a gente ainda não está tendo nenhuma facilidade ainda não, nós estamos tocando aí com o que tem.

S1 apesar de apontar três facilidades, ao ouvir a gravação da entrevista aponta que com aquela resposta estaria %olvidando o prefeito+, assim considero que as questões apontadas por ele devem ser relativizadas ao contexto em que apresentaram, em que a preocupação com a resposta não era a de esclarecer sobre a pergunta e sim assegurar boa impressão do atual governo de Belo Horizonte. S3, assim como S2 considera como facilidade o quadro de funcionários, alegando que trabalham %na cara e na coragem mesmo+, enfatizando mais a dificuldade do que a facilidade.

Já S4 apresenta argumentos bastante divergentes aos demais entrevistados. Ele parte das dificuldades encontradas para estabelecer as facilidades da sua gestão, como a falta de recursos leva à participação da população para a consolidação de atividades, ainda que sem financiamento da prefeitura. Ele também destaca a presença de profissionais capacitados para a coordenação dos programas desenvolvidos.

Em relação à dificuldades somente S1 não considerou a falta de recursos, todos os demais destacaram esta dificuldade, ainda que de maneiras diferentes. S4 é imperativo quando argumenta que %na administração pública é administrar recursos escassos para demandas infinitas+, S3 partilha desta opinião quando expõem que %a principal dificuldade é a falta de verba, que com certeza a falta de verba dificulta bastante o trabalho da gente+.

Como esta foi a percepção em peso da maioria dos gerentes foi realizado um trabalho específico para entender o porquê desta situação na SMAL. Primeiro foi realizado um levantamento, a partir do Diário Oficial do Município quais seriam as atribuições dos cargos da SMAL, a fim de entender quem é responsável pela captação de recursos. Sem um grande aprofundamento, visto que este não é o objetivo central deste estudo, foi constatado que alguns dos gerentes entrevistados tem o dever de:

sensibilizar e orientar possíveis parceiros e mobilizar a iniciativa privada e o terceiro setor, como estratégia para aferir crescente sustentabilidade das ações e projetos propostos, identificando mecanismos de captação de recursos.

Entendo que, a partir do documento analisado, cabe a esses gerentes mobilizar estratégias para dar sustentabilidade ao programa, logo se os mesmos o fizessem esta, talvez, não seria a principal dificuldade encontrada pelos gerentes.

Logo a dificuldade encontrada não seria a falta de verba como levantada pelos gerentes e sim a falta de profissionais capacitados para gastar os recursos. Este foi um levantamento pouco aprofundado, para ter maior veracidade para tal informação é necessário que se faça um estudo mais detalhado que considere também outras fontes de dados a serem analisados.

Foram levantadas outras questões que aparecem de maneira indireta no discurso dos gerentes, como a dificuldade dos mesmos em considerar o lazer como direito social que se encontra no mesmo patamar de outros direitos sociais como alimentação, saúde e educação. Segundo Linhales (1998) %Não existem representações que defendam o esporte como uma necessidade ou direito social+e ainda que %este é, sem dúvida, um dos elementos explicativos das condições políticas em que se encontram hoje os setores de esporte e lazer no Brasil+. Corroborando com Linhales acredito que o mesmo ocorre com o lazer, enquanto direito social e que se o mesmo não é encarado como tal nas instâncias internas da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, como defendê-lo frente às outras instâncias que o envolvem de maneira indireta. Neste momento concordo com Staprevo (2011) que %há de se questionar, nesse caso, qual o espaço do esporte e do lazer no interior do projeto de sociedade que almejamos?+.

As gerencias da SMAL, representadas pelos gerentes entrevistados estão organizadas numa relação de interdependência e submissão, quando tratamos de gerência de primeiro e segundo nível, porém a partir do discurso dos entrevistados não possível estabelecer nenhuma relação direta de trabalho conjunto entre as mesmas. Como elas se dividem operacionalmente entre os programas e não foram identificadas ações que correlacionassem dois ou mais programas, é possível que esta relação seja inexistente.

Outro aspecto observado na maior parte dos discursos é a função ligada à manutenção de programas já existentes na SMAL, programas que na verdade pertenciam à Secretaria Municipal Adjunta de Esporte, uma secretaria adjunta à Secretaria de Políticas Sociais (SMPS), que ao passar pela reforma administrativa em novembro de 2011, se tornou uma secretaria plena, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. A criação da Secretaria Adjunta de Lazer se deu em meio à diversas expectativas perante às ações que a mesma desenvolveria. Porém nota-se que esta reforma ainda não alterou o quadro de ações da SMEL houve apenas uma distribuição de programas entre as secretarias adjuntas e que a SMAL continua a executar os trabalhos já apresentados. São citados dois programas que parecem não se enquadrar nesta situação que são: o Programa Brincando na Vila e o Programa Vida Radical, onde o ultimo ainda não foi implementado.

Aproveitando o fato de ter novamente citado como se deu a construção da SMAL e analisando o discurso dos gerentes sobre as ações é possível dizer que em Belo Horizonte a secretaria que envolve o esporte e o lazer tem um viés voltado à políticas sociais de integração da comunidade, apropriação de espaços e qualidade de vida o que vai de encontro com o que afirma Staprevo (2011) ~~parece-~~ nos que o esporte de alto-rendimento (um policyissues) um policycycles do que outras manifestações do esporte+. O fato de a SMAES ter sido uma secretaria adjunta da SMPS pode ter causado a negação desta afirmação ao contexto de Belo Horizonte, onde as ações que tem apelo a um grande grupo, que envolve qualidade de vida tem uma repercussão e uma aceitação maior tanto dentro dos órgãos administradores das políticas públicas quanto à população. Patrícia Zingoni (1998), desde 1993, a administração municipal de Belo Horizonte assumiu as características de um governo popular comprometido com os segmentos mais desfavorecidos da nossa população, reflexo do governo do Patrus, iniciado em 1992, que foi marcado

pelo desenvolvimento de políticas públicas sociais no que se refere à saúde, educação, assistência, dentre outros.

Ainda no que se refere à percepção e políticas públicas da SMAL foi dado a este estudo uma ênfase à diretrizes de trabalho desta secretaria, entendidas aqui como considerações a serem seguidas por todo o quadro de funcionários da secretaria como direcionamento das ações da SMAL. Estas diretrizes também se encontram disponíveis no Plano Estratégico 2012/2013 também analisado neste trabalho. A percepção dos gerentes sobre estas diretrizes se deu de maneira particular a cada um deles, não foi considerado, pelo menos não explicitamente, diretrizes já impostas à sua gestão. Com particular quero dizer que cada gerente relatou o que considerava diretrizes a partir de seus próprios princípios, como deixou claro S1 que após a entrevista declarou que "isso que eu disse é diretriz, na verdade essas são minhas diretrizes. O governo não tem diretriz. (pausa longa) ou tem e eu é que não sei!". Mesmo os demais gerentes não declarando a mesma coisa de maneira tão clara quando comparamos seus discursos com o trazido no documento percebeu-se que ou não tinham nenhuma aproximação com o proposto pelo secretário ou aproximavam em parte, porém não de maneira completa.

Ao comparar as respostas dos cinco gerentes não foi possível identificar nenhuma aproximação direta dentre elas, como se pode ver no quadro abaixo:

Quadro 2: Diretrizes consideradas

Gerente	Diretrizes consideradas
S1	-Atender o maior público possível; -Focar no público infantil; -Focar no público idoso.
S2	-Garantia do lazer com direito; -Diretriz educacional, foco pedagógico.
S3	-Dar oportunidade à todos; -Acompanhamento de profissionais qualificados.
S4	-Trabalhar de maneira multidisciplinar; -Interlocução entre órgãos públicos, privados e população; -Interação com outras áreas do lazer; -Potencializar os recursos do estado;

	-Formar parcerias com outras entidades; -Interação com profissionais de outras áreas; -Desenvolvimento de uma vida saudável.
S5	-Priorizar seguimentos %menos favorecidos+.

Todas as diretrizes consideradas por S1 constam nas diretrizes da política Municipal de Esporte e Lazer, porém com concepções um pouco diferentes, enquanto o gerente considera a possibilidade de focar em determinadas faixas etárias o documento traz como diretriz a %ampliação da oferta de esporte e lazer para crianças, jovens e idosos+. S2 citou duas diretrizes encontradas no documento. S3 considera uma diretriz não existente no documento que se refere ao acompanhamento profissional. S4 cita também apenas uma diretriz em comum que diz respeito ao desenvolvimento de uma vida saudável, todas as demais não se encontram no documento. A diretriz considerada por S5 não faz parte das diretrizes de trabalho da SMEL.

Com esta constatação não pretendo afirmar que as diretrizes ditas pelos gerentes são erradas ou ineficientes, aponto apenas para um descompasso com o idealizado para ser realizado que consta no Plano Estratégico 2012/2013 e a percepção dos gerentes entrevistados sobre o mesmo. Considero ainda que diretrizes como trabalho multidisciplinar apontada por S4 deveriam constar no documento, assim como algumas diretrizes presentes no plano também deveria se manifestar de maneira clara no discurso e nas ações dos gerentes.

3.3 Percepções do Lazer

Antes de dar início à discussão sobre a percepção do lazer a partir do discurso dos gerentes, faz-se necessário esclarecer que tal categoria foi criada a fim de dar ênfase à algumas questões relacionadas diretamente ao lazer contidas no discurso dos gerentes, o que não desconsidera a importância e a possível ligação do lazer com os aspectos discutidos anteriormente. Este foi apenas um recorte metodológico que facilitou a análise das entrevistas.

Foram feitas aos gerentes três perguntas diretamente ligadas à percepção do lazer: %o que você entende por lazer+, %qual a importância do lazer na agenda pública para você+ e %quais os programas de lazer desenvolvidos pelas SMAL+. Serão apresentadas à seguir a percepção de cada gestor e, posteriormente, concepções comuns entre eles.

S1 relacionou o lazer, primeiramente, a uma instância, no caso à SMAL, partindo do pressuposto que o lazer foi posto em decorrência do novo governo, fazendo uma ligação com as ações políticas, mas não desenvolve esta concepção. Logo após deixa de lado esta perspectiva e começa a construir uma concepção de lazer como um termo amplo que se confunde com cultura, esporte e atividades recreativas e subjetivo à individualidade.

Então tem várias facetas do lazer. Então na verdade proporcionar o lazer é proporcionar espaço, é proporcionar atividades em horários, em locais que as pessoas não estejam trabalhando. Então são atividades que a pessoa não está trabalhando, ela não está produzindo nada, ela faz aquela atividade por prazer, ou por melhoria da condição física, ou só por uma questão recreativa. (S1)

Já S2 destaca a importância do lazer, porém apresenta dificuldade em defini-lo, diz que é algo simples.

Lazer pra mim é tudo hoje na vida da pessoa. Sem o lazer você acaba não sendo nada. Porque aí você não tem um bom trabalho... É natural de mais, aí que você vê o que que é o lazer em Belo Horizonte, um coisa simples que você leva para a comunidade e satisfaz toda as famílias então é interessante demais. Eu acho que não pode faltar. (S2)

S3 se vale da concepção do lazer em oposição ao trabalho, tempo para praticar atividade física ir ao cinema viajar. Em seu discurso apresenta uma possível funcionalidade ao lazer: Descanso e descontração.

Lazer para mim é o momento em que você não está trabalhando e que você pode praticar o esporte, pode passear, pode, viajar, lazer é isso. É ir ao cinema, ir ao teatro, fazer uma atividade física. É o momento que você não está trabalhando, pra você relaxar. (S3)

S4 apresenta uma quantidade maior de elementos a fim de definir o lazer, relacionando-o ao momento de convívio social, apropriação de espaços públicos, cidadania, democracia, trabalhar o lúdico, sociedade plural e integração social. Este gerente ainda concebe o lazer como algo mais amplo do que só a política pública.

Então um conceito propriamente dito do lazer eu estenderia para muito mais amplo do que aquilo que o poder público oferece, apesar da importância

fundamental do poder público, de oferecer espaços de apropriação dentro da cidade para o conjunto da população e inserção da cidadania, uma forma de inserção da cidadania é que a gente possa construir efetivamente uma sociedade mais plural, mais democrática, então o lazer é uma das formas de integração social. (S4)

Já o entrevistado S5 traduz o lazer de prática esporádica de atividade física, dotada de livre vontade e satisfação, num momento de interação com a sociedade, considera ainda:

Lazer é toda atividade esporádica que o cidadão exerce, é uma prática de atividade física não usada com o objetivo esportivo mesmo. Qualquer coisa que faça de livre e espontânea vontade, procurando satisfação, interatividade com a sociedade. Lazer é mais conviver em sociedade buscando adequar à saúde, bem-estar. Lazer, todo mundo enxerga lazer como brincar, não. Eu acho que o lazer é uma coisa à vontade, é um momento de repouso livre para a pessoa dedicar a uma coisa que ela gosta de fazer por hobby. Para mim lazer é isso. (S5)

Analisando todos os discursos, é possível perceber a uma grande ênfase dada à relação do lazer com atividade física o que também foi encontrado na análise documental do Plano Estratégico, quando traz nos objetivos dos programas a prática da atividade física para atingir a melhoria da qualidade de vida. Entendo que esta semelhança de significado encontrada possivelmente reflete de maneira positiva no desenvolvimento das ações da SMAL, que passam a ter seus objetivos mais claros, e a partir daí mais possíveis de serem alcançados.

4 CONCLUSÃO

A análise de dados tornou possível compreender que a representação do lazer está ligada à atividade física e ao desenvolvimento de fórmulas genéricas de atividades a todos os públicos em questão. As ações desenvolvidas são marcadas por questões assistencialistas e não participativas, corroborando com Amaral (2006) quando diz que muitas vezes, os formuladores de políticas (mesmo quando há consulta popular) expressam nestas suas preferências individuais ou coletivas, cujo conteúdo pode ser divergente daquele da coletividade. A cultura contém a pluralidade, a diversidade, assim generalizar práticas ditas como culturais a diferentes público e situações, provavelmente não configure como estímulo a novas vivências. A participação popular seria capaz de fazer com que o lazer oferecido pela SMAL realmente chegasse à população.

Analisando os discursos, é possível perceber uma grande ênfase dada à relação do lazer com atividade física o que também foi encontrado na análise documental. Entendo que esta semelhança de significado encontrada possivelmente reflete de maneira positiva no desenvolvimento das ações da SMAL, que passam a ter seus objetivos mais claros, e a partir daí mais possíveis de serem alcançados. Ainda acredita-se que o lazer seja responsável por retirar pessoas das ruas e das drogas, ainda entende-se o lazer como tempo de recuperação para o trabalho, não se é pensando no lazer tendo como referencial a as várias possibilidades de manifestações do mesmo, estando este muito ligado às manifestações físico-esportivas. Como trabalhar em cima da legitimidade do lazer em outras instâncias se nem ao menos na Secretaria Municipal Adjunta de Lazer existe um consenso sobre o seu trato com direito do cidadão?

Considero que a SMAL deveria ser uma secretaria responsável por articular outras instâncias que envolvem o lazer como cultura, educação, trabalho, saúde, política social, a fim de legitimá-lo como direito social que se encontra no mesmo patamar, logo tem a mesma importância perante a lei aos demais direitos.

No discurso, assim como na leitura do documento, não há considerações a cerca de uma reflexão crítica intencional nos momentos de lazer, capaz de fazer

com que os cidadãos exerçam sua autonomia perante o que lhes é proporcionado, parecendo que as atividades são pensadas apenas em função de um lazer alienado.

A partir deste estudo, foram encontradas outras possibilidades de pesquisa e estudo sobre esta temática, a partir de modificações como na metodologia, para o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado sobre o Lazer na Secretaria Municipal Adjunta de Lazer. Tais como:

- Um trabalho baseado no Plano Plurianual, talvez pudesse trazer uma riqueza de dados com maior qualidade;
- Para entender como a concepção de lazer seria interessante entender como acontecem as ações dos programas e ouvir o público alvo, os monitores que atuam na ponta, os analistas.

Foram levantadas, também, outras possibilidades de objetivos para serem esclarecidos através de pesquisas, como:

- Como se dá a ocupação dos cargos, a partir de registros ~~histórico~~, se existe processo de formação e como é feito;
- Como se dá o planejamento e gestão dos espaços públicos;
- O porquê da SMEL está diretamente ligada à secretaria de esporte, uma revisão histórica de outras secretarias

Porém estas serão possibilidades a serem consideradas em outros contextos, momentos, ou até por outras pessoas. Assim como a maior parte das coisas que se aprende na carreira acadêmica, a experiência no desenvolvimento desta pesquisa me levou a uma conclusão principal: ainda há muito que estudar!

Que venham os novos desafios!

REFERÊNCIAS

Belo Horizonte. **Decreto nº 11.986, de 11 de março de 2005**. Dispõe sobre alocação, denominação e atribuições dos órgãos de terceiro grau hierárquico e respectivos subníveis da estrutura organizacional da Administração Direta do Executivo, na Secretaria Municipal de Políticas Sociais e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, MG, 12 mar. 2005. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom>>. Acesso em 18 de março 2012.

Belo Horizonte. **Decreto nº 14.621, de 1º de novembro de 2011**. Dispõe sobre alocação, denominação e atribuições de órgãos de terceiro grau hierárquico e respectivos subníveis da estrutura organizacional da Administração Direta do Executivo, na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, MG, 3 nov. 2011. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom>>. Acesso em 18 de março 2012.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais; pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. p.203.

ANÁLISE de Política Públicas: Conceitos Básicos In: **O Estudo da Política**: Tópicos Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

ANDRADA, B. J. T. Representação Política. In: Carmem Lúcia Freitas Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo Noronha Amabile. (Orgs.) **Dicionário de políticas públicas** Barbacena:EdUEMG, 2012. p. 421-424.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. **Dicionário de políticas públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

FILHO, N. C. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES Meily. Assbú (Org.) **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras e fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 119 . 135.

GOMES Christianne Luce. Lazer - Concepções. In: GOMES Christianne L. (Org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119 . 126.

GOMES, Christianne L. Verbete Lazer . Concepções. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.119-126.

ISAYAMA, H; Linhales M. A. Introdução. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES Meily. Assbú (Org.) **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras e fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 7 . 15.

Lages C. E. D. M.; Silva S. S. Futebol e Lazer: diálogos e aproximações. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar/2012.

MARCONI, M. D. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4.ed. São Paulo: Atlas Editora, 1999.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA F. S.; MARIANO S. F. **As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer**. Impulso, Piracicaba, 2006. p. 55-66.

MELO, M. P. Políticas públicas de esporte/lazer em são Gonçalo/RJ: Uma análise da atuação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL). **Licere**, Belo Horizonte, v.4, n.1, 2001.

MELO, V. A.; ALVES JR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. Rio de Janeiro: Ed. Manole, 2003.

MENECUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: o estudo da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F; LINHALES M. A (Org) **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 179-202.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder e LINHALES, Meily Assbú (Org). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

PELLEGRIN, A. **Espaço de lazer**. In: GOMES, C. L. (Org) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Rafaela Assis de; CARVALHO, Alysson Massote. Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia. **Estud. psicol.** Natal, v.8, n.3, sep./dez. 2003.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente a pergunta: "são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**. Ano X, n.1, Florianópolis: UFSC, 1998. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em 20 agosto 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Werneck, C. **Lazer, Trabalho e Educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão a co-gestão. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.2, n.11, 1998.

ANEXOS

Anexo 1- Roteiro para entrevista

1. Nome:
2. Cargo:
3. Há quanto tempo ocupa o cargo?
4. Qual a sua formação? Onde e quando?
5. De que maneira você desenvolve sua gestão na SMAL?
6. O que você entende por lazer?
7. Qual a importância o lazer tem, na agenda pública, para você?
8. Quais são as ações de Lazer realizadas pela Secretaria Municipal de Adjunta de Lazer de Belo Horizonte?
9. Quais as principais facilidades e dificuldades encontradas durante sua gestão?
10. Quais seriam possíveis diretrizes a serem consideradas na elaboração de atividades de lazer nos programas?